



### **316ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CARAGUAPREV.**

Aos vinte e quatro dias do mês de maio dois mil e vinte e três, às 15h30min, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet. Presentes à reunião o Presidente do Conselho Deliberativo Marcus da Costa Nunes Gomes, os membros, Rosemeire Maria de Jesus, Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Valeria Regina Rodrigues De Lima, Marcia Denise Gusmão Coelho, Ronaldo Cheberle, Gilceli de Oliveira Ubiña e Ivy Monteiro Malerba. Presentes também à reunião o Presidente do CaraguaPrev Pedro Ivo de Sousa Tau, a Diretora Financeira Luana Forcioni Guedes e o Diretor Administrativo Paulo Henrique Passos do Nascimento. O Presidente do CaraguaPrev deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos, e elencou os itens da pauta sendo: 1) Prestação de Contas ABRIL/2023; 2) Abertura Fundo De Investimento Caixa Econômica Federal; 3) Migrações Financeiras Fundos De Investimento; 4) Definição Das Reuniões Do Conselho (Virtual/Presencial). O Presidente do CaraguaPrev parabenizou e registrou que a Conselheira Valeria Regina Rodrigues de Lima, foi aprovada na certificação para conselheiro deliberativo pela Certificadora TOTUM. Informou ainda que o Banco Santander realizou a restituição do valor referente ao saque do fundo de investimento e passou a palavra à Diretora Financeira para falar sobre a restituição. A Diretora informou que conforme registrado na Ata n.º 314, de 27 de abril de 2023 o Banco Santander realizou o resgate total do fundo de investimento Global Equities Dolar (cnpj 17.804.792/0001-50), por um erro do Banco. O investimento inicial realizado foi de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em 30 de setembro de 2021, com o resgate foi realizado o registro contábil de perda de R\$ 288.167,06 (duzentos e oitenta e oito mil e cento e sessenta e sete reais e seis centavos), mas na data de 23 de maio de 2023 o banco realizou a restituição do valor integral do valor solicitado, que será registrado como receita orçamentária. Em seguida informou o Conselho que houve a mudança do sistema de contabilidade em atendimento ao SIAFIC Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle no município no mês de janeiro de 2023. Na execução orçamentária houve a classificação do valor de R\$ 13.187,79 (treze mil e cento e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos), referente a contribuição do servidor ativo da FUNDACC do mês de janeiro de 2023, lançado equivocadamente junto com a contribuição patronal no mês de fevereiro de 2023. Foi reclassificado da contribuição patronal da Fundacc (-)



para contribuição de servidor Ativo Fundacc no mês de maio/23, regularizando o lançamento da receita orçamentária. A Conselheira Gilceli pediu a palavra e informou que foi ela que detectou a divergência, que está preocupada com a responsabilização do Conselho e questionou se esse lançamento não está em divergência entre o financeiro e o balancete da receita. A Diretora explicou que no repasse dos valores patronal e servidor entra no banco de forma conjunta e não separada (servidor e patronal), que houve apenas a classificação da receita do valor total como contribuição patronal no mês de fevereiro de 2023, por esse motivo não há divergência entre o financeiro e o contábil já que o valor foi repassado ao CaraguaPrev, mas que a correção do lançamento foi feito no mês de maio/23. A Conselheira Gilceli falou da importância das reuniões presenciais, para ter mais acesso aos servidores e aos documentos físicos para conferência. O Presidente do Conselho a fim de ordem da pauta informou a Conselheira que a definição das reuniões do Conselho Deliberativo de forma virtual ou presencial, será deliberada na sequência das pautas a serem discutidas nesta reunião. O Presidente do Conselho passou a palavra à Diretora Financeira para tratar do primeiro, segundo e terceiro itens da pauta, primeiro falou sobre a prestação de contas de ABRIL de dois mil e vinte e três, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, também aprovadas as demonstrações financeiras, os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS, o relatório mensal dos investimentos e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Após foi apresentado o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2023, com os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto, médio e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que no mês de abril/23 a carteira de investimentos do plano previdenciário obteve rentabilidade de 0,97%, acima da meta atuarial do mês, que foi de 0,96%. No acumulado do ano corrente a rentabilidade foi de 3,61%. No Brasil, a carteira de investimentos do CaraguaPrev em renda fixa, investimentos estruturados, investimentos renda variável e exterior, apresentaram performance positivas no mês, já os em investimentos em BDR apresentaram performance negativa. O IPCA avançou 0,61% (M/M) em abril. Com o resultado da última reunião do COPOM apresentando a manutenção da taxa Selic em 13,75%. No Brasil, a melhora na percepção sobre os riscos fiscais domésticos contribuiu para



uma redução das taxas de juros em vértices mais longas da curva, com a valorização do Real amplificando esse sentimento. Apesar disso, o Banco Central enfrenta um ambiente inflacionário bastante desafiador. O Ibovespa fechou o mês com performance positiva, seguindo o movimento dos índices internacionais e sendo favorecido pela queda dos juros locais. Apresentando um retorno positivo de 2,50% no mês. Sendo assim, o Ibovespa possui um comportamento negativo anual de -4,83% e de -3,19% nos últimos 12 meses. O mês de abril foi relativamente calmo no cenário global, depois do mês de março dominado pelos receios de uma crise bancária sistêmica. Ainda há uma leitura cautelosa, especialmente pela perspectiva mais desfavorável para as economias desenvolvidas, onde a inflação elevada e os juros restritivos sugerem crescimento fraco e alto grau de incerteza. Foi apresentado o relatório com todos os investimentos do CaraguaPrev pelo sistema financeiro da LDB empresas, a posição dos investimentos: a) Títulos do Tesouro Nacional, que representam 56,21% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, sendo que a estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” acima da meta atuarial e contribui para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Conselho de realocação dos recursos, dos vencimento dos títulos e dos seus cupons de juros semestrais. b) Fundos 100% Títulos Públicos que representam 5,57% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial no ano, com maior alocação dos fundos de investimento para o próximo mês; c) Fundos Renda Fixa que representam 18,85% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial no ano, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável, pois com a Selic mantida no percentual de 13,75% os fundos de renda fixa tornam-se atrativos, principalmente dos fundos atrelados a DI, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial. Também foi aprovado pelo Conselho Deliberativo o desinvestimento desses fundos para compra de Títulos do Tesouro Nacional e resgate para aplicação em Fundos 100% Títulos Públicos; d) FIDC Cota Sênior que representa 0,08% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade abaixo da meta atuarial no ano, com manutenção da posição atual desses ativos; e) Fundos de Ações que representam 10,60% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial anual, mas diante do cenário econômico a renda variável terá muita volatilidade, conforme aprovação de desinvestimento do Conselho Deliberativo em Ata anterior, o



fundo de investimento que apresentar rentabilidade positiva acumulada desde a sua aplicação inicial, será resgatado e aplicado em títulos públicos federais, desde que estejam com taxas superiores a meta atuarial do CaraguaPrev e em fundos de investimentos em Renda Fixa, principalmente dos fundos atrelados a DI, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial; f) Fundos de Investimento no exterior, que representam 5,71% da carteira do Instituto e Investimentos Estruturados que representam 2,99% da carteira do Instituto apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, mas diante do cenário econômico do exterior, devido ao cenário de guerra, alta de taxa de juros mundial, possível recessão dos Estados Unidos, os investimentos no exterior terão muita volatilidade, conforme aprovação de desinvestimento do Conselho Deliberativo em Atas anteriores, o fundo de investimento que apresentar rentabilidade positiva acumulada desde a sua aplicação inicial, será parcialmente resgatado e aplicado em fundos de investimentos em Renda Fixa, principalmente dos fundos atrelados a DI, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial. Após apresentação, a Prestação de Contas mensal passou por deliberação dos Conselheiros, sendo aprovada por todos os presentes. Passado ao segundo item da pauta que trata sobre abertura fundo de investimento da Caixa Econômica Federal, inicialmente falou sobre as projeções do Boletim Focus do Banco Central do Brasil, com os indicadores de mercado dos anos de 2023 e 2024. O mercado prevê estabilidade e futura queda da taxa de juros, que favorece os fundos de investimento compostos por índices pré fixados e imab (curvas longas). Portanto, o Conselho Deliberativo, aprovou o credenciamento do Fundo de Investimento FIC CAIXA BRASIL IDKA PRE 2A RF LP, CNPJ: 45.163.710/0001-70, fundo prefixado com títulos de duração constante em 2 anos, gerido pela CAIXA DTVM S.A e administrado pelo Caixa Econômica Federal, enquadrado no disposto no Artigo 7º, inciso I, “b”, da Resolução CMN nº 4.963/2021. Analisado pela consultoria financeira LDB empresas, que concluiu que fundo está apto a receber aplicações, sendo aprovado pelo Conselho. O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor total aplicado na Caixa Econômica Federal, Fundo de Investimento FI CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TITULOS PUBLICOS TF LP, para aplicação do valor total resgatado no fundo de investimento FIC CAIXA BRASIL IDKA PRE 2A RF LP, CNPJ: 45.163.710/0001-70. Após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui rentabilidade no ano de 2023 acima do fundo de investimento resgatado, a alteração busca uma maior rentabilidade e proteção dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) aplicado na Caixa





Econômica Federal, Fundo de Investimento FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I, CNPJ: 17.502.937/0001-68, para aplicação do valor total resgatado no fundo de investimento FI CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF. Após análise ficou constatado que o fundo resgatado trata-se de um investimento no exterior, com alta volatilidade e diante do cenário externo não vem entregando bons resultados, assim fica aprovado a aplicação FI CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF, CNPJ: 23.215.097/0001-55, que é um fundo de renda fixa, enquadrado no Artigo 7º, inciso I, “b”, da Resolução CMN nº 4.963/2021 e baixa volatilidade, com rentabilidade acima da meta atuarial no ano de 2023. O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor total aplicado no Banco Itaú, Fundo de Investimento ITAU PRIVATE MULTIMERCADO S&P500, CNPJ: 26.269.692/0001-61 e o resgate do valor total do Fundo de Investimento ITAU FOF AÇÕES IBOVESPA ATIVO FICFI, CNPJ: 08.817.414/0001-10, para aplicação do valor total resgatado no fundo de investimento FI CAIXA JUROS E MOEDAS MM, da Caixa Econômica Federal, CNPJ: 14.120.520/0001-42. Após análise ficou constatado que o ITAU PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 trata-se de um investimento multimercado lastreado no exterior, com alta volatilidade e diante do cenário externo não vem entregando bons resultados, assim como o fundo ITAU FOF AÇÕES IBOVESPA ATIVO FICFI, de renda variável, com alta volatilidade. Fica aprovado a aplicação FI CAIXA JUROS E MOEDAS MM, que é um fundo multimercado, mas com baixa volatilidade. A Diretora Financeira finalizou a apresentação e passou a palavra ao Presidente do Conselho para tratar do quarto item da pauta sobre a definição das reuniões do Conselho (Virtual/Presencial). O Presidente informou que as Conselheiras Gilceli e Ivy não assinaram a Ata extraordinária n.º 315, de 04 de maio de 2023, pois a Conselheira Gilceli solicitou que fosse incluída naquela Ata que ela já havia solicitado pela terceira vez que as reuniões retomem ao modelo presencial. O Presidente do Conselho informou a mesma que já constam em atas anteriores as três solicitações que ela fez e que uma vez que a ata da reunião extraordinária já seguiu todos os trâmites, a mesma não será alterada. Então o Presidente do Conselho repete e registra sua fala anterior acerca da fala do Conselheiro Ronaldo de que a Conselheira naquela reunião deveria se declarar impedida de votar, por se tratar de matéria de interesse pessoal da Conselheira Gilceli. O Presidente reafirmou que de uma maneira geral os assuntos tratados no Conselho esbarram no interesse pessoal direta ou indiretamente e que não seria cerceado o direito a voto de qualquer Conselheiro. Passado ao quarto item da pauta, ao Presidente do Conselho caberá o voto de minerva no caso de empate, mas deixa consignado que as reuniões virtuais dão maior celeridade e objetividade para a participação dos conselheiros, pois o



deslocamento e a presença demandam um tempo maior, já que a maioria dos Conselheiros participa da reunião em horário de serviço. Antes da votação o Presidente passou a palavra para a Conselheira Gilceli, ora requerente, que reforçou a importância do retorno das reuniões no formato presencial, tendo em vista a grande responsabilidade dos Conselheiros, ainda mais que todo o Conselho é Certificado pelo Instituto TOTUM. Já a Conselheira Marcia deixa consignado que ela tinha dificuldade com a tecnologia, mas que participa de vários Conselhos e todos estão no modo online, o que facilita a participação dos envolvidos. A Conselheira Valeria deixa consignado que a volta das reuniões de forma presencial é um retrocesso, tendo em vista que até o judiciário adotou o modo online para audiências e também processos digitais. Passado em votação: os membros Ivone, Marcia, Rosemeire, Valeria e Ronaldo não aprovaram o retorno das reuniões no formato presencial e os membros Gilceli e Ivy aprovam o retorno das reuniões no formato presencial, assim por maioria de votos o Conselho decidiu que as reuniões se mantêm no formato virtual. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi renovado e está vigente até o dia 16 de novembro de 2023. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho Deliberativo às 16h e 30min, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação dos membros do Conselho Deliberativo.

**Marcus da Costa Nunes Gomes**  
Presidente do Conselho Deliberativo



**Marcia Denise Gusmão Coelho**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Ivy Monteiro Malerba**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Ivone Cardoso Vicente Alfredo**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Ronaldo Cheberle**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Gilceli de Oliveira Ubiña**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Valéria Rodrigues Regina de Lima**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Rosemeire Maria de Jesus**  
Membro do Conselho Deliberativo  
Certificado ANBIMA CPA-10





**Pedro Ivo de Sousa Tau**  
Presidente do CaraguaPrev  
Certificado ANBIMA CPA-10



**Luana Moussalli Forcioni Guedes**  
Diretora Financeira  
Certificado ANBIMA CPA-10



**Paulo Henrique Passos do Nascimento**  
Diretor Administrativo

